



Estado de Mato Grosso

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUARANTÃ DO NORTE - MT**

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Biênio 2021/2022

Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PROTOCOLO Nº 788/22

DATA 12/04/22

Responsável

Daniel Alves dos Santos  
Secretário Geral  
Portaria nº 043/2021

**PARECER VERBAL FAVORÁVEL**

Comissão de Constituição e  
Justiça

Data 09/05/22

Rogério R. dos Santos  
Visto

Diretor Legislativo

Port.: 206/2021

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/2022.**

**DE 12 ABRIL DE 2022.**

RECONHECE NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, O DIA 9 DE JULHO COMO O DIA DOS COLECIONADORES, ATIRADORES E CAÇADORES E SUAS ATIVIDADES COMO ATIVIDADE DE RISCO, CONFIGURANDO EFETIVA NECESSIDADE E EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO À VIDA E INCOLUMIDADE FÍSICA, CONFORME OS TERMOS DO ART. 10 DA LEI FEDERAL Nº 10.826/2003.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL AQUIESCENDO, SANCIONARÁ A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º.** Reconhece o dia 9 de julho, como Dia Municipal dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores - CAC's.

**Art. 2º.** Fica reconhecido no município de Guarantã do Norte - MT, a efetiva necessidade por exercício de atividade de risco e ameaça à integridade física dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CAC's) para fins do disposto no art. 10 da Lei Federal nº 10.826/2003.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal, em 12 de abril de 2022.

**SILVIO DUTRA DA SILVA  
VEREADOR AUTOR**

**PARECER VERBAL FAVORÁVEL**

Comissão de Educação, Ciência, Comunicação,  
Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social

Data 09/05/22

Visto

Rogério R. dos Santos

Diretor Legislativo

Port.: 206/2021  
Projeto de Lei Legislativo nº 013/2022.



*Estado de Mato Grosso*  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE  
**Biênio 2021/2022**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Guarantã do Norte/MT, 12 de abril de 2022.

**MENSAGEM DO PLL nº 013/2022.**

**REFERENTE: PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022.**

Senhor Presidente

Senhores (a) Vereadores (a),

O Vereador Silvio Dutra da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta para apreciação e deliberação do Soberano Plenário o seguinte Projeto de Lei: “Reconhecer no Município de Guarantã do Norte/MT, o dia 9 de julho como o Dia dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores e suas atividades como atividade de risco, configurando efetiva necessidade e exposição à situação de risco à vida e incolumidade física, conforme os termos do art. 10 da Lei Federal nº 10.826/2003”.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo reconhecer o risco da atividade e ameaça à integridade física dos Colecionadores, Atiradores Esportivos e Caçadores (CAC's) no âmbito do município de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

É importante fazer este reconhecimento, pois faz parte do cotidiano dos CAC's a guarda e transporte de bens de alto valor e grande interesse de criminosos – armas munições - e por não ter meios de defesa tornam-se presas fáceis a ataques durante sua rotina diária e particularmente vulneráveis quando entram ou saindo de suas residências e locais de trabalho, deixando seu acervo totalmente exposto.

O fato de inexistir uma legislação estadual ou municipal que ampare o direito à autodefesa dos colecionadores, atiradores e caçadores, faz com que se crie um estímulo social para a prática delituosa contra estas pessoas, pois, como dito no introito, guardam e transportam bens de valores e de grande interesse aos criminosos.

Impende destacar que, atualmente, os Colecionadores, Atiradores e Caçadores apenas fazem jus aos meios de autodefesa nos deslocamentos entre o local de guarda autorizado e os de treinamento, instrução, competição, manutenção, exposição, caça ou abate, porém não existe qualquer salvaguarda a sua integridade física fora destes deslocamentos previstos.






*Estado de Mato Grosso*  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE  
**Biênio 2021/2022**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Veja que a Lei Federal nº 10.823 de 2003 já prevê em seu artigo 6º, inciso IX, o porte de arma "para integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas", estando exaurida a competência da União. O reconhecimento pretendido no presente projeto de Lei não invoca ou reduz quaisquer dos requisitos legais previstos no artigo 4º da Lei Federal nº 10.826/2003.

A proposta apresentada, além de não infringir a competência da União, apenas reconhece no Município de Guarantã do Norte/MT que a atividade dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores é considerada de risco, de forma que a integridade física destes está ameaçada, haja vista que o porte de arma é concedido por eficácia territorial, sendo que esse risco a integridade física dos CAC's está totalmente interligado a saúde pública, pois existe um grande número de CAC's em nosso município.

Ante o exposto, e considerando a importância da proposta, contamos com o apoio dos Nobres Pares à sua aprovação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT, 12 de abril de 2022.

  
**SILVIO DUTRA DA SILVA**  
**VEREADOR AUTOR**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PROCURADORIA JURÍDICA**  
***PARECER JURÍDICO Nº 041/2022***

Guarantã do Norte-MT, 19 de abril de 2022.

*Ementa: Administrativo. Solicitação de parecer jurídico, para prosseguimento de PLL 013/2022.*

**Requerente:** Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.  
**Solicitante:** Rogério Rodrigues dos Santos.  
Diretor Legislativo

**Assunto:** Projeto de Lei de iniciativa do Legislativo n.º 013, de 12 de março de 2022.

**Iniciativa:** Vereador **SILVIO DUTRA DA SILVA**

**Parecerista:** Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

## **1. BREVE RELATÓRIO**

Cuida-se de consulta realizada pela Diretoria Legislativa desta Câmara Municipal com vistas a obter parecer opinativo acerca da lisura do Projeto de Lei do Legislativo citado em epígrafe. Pretende a Diretoria Legislativa obter manifestação quanto aos aspectos de legalidade, iniciativa, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foi apresentado o respectivo dossiê, no qual se inserem: Projeto de Lei 009/2022 e respectiva Mensagem de Justificativa, de autoria do Vereador **SILVIO DUTRA DA SILVA**.

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes e o Plenário, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizada ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Guarantã do Norte - MT.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Demais considerações serão feitas na fundamentação jurídica.

Sendo o necessário a relatar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

---

Preambularmente, é bom enaltecer que a elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”. Neste contexto, é oportuno enaltecer que, no Projeto de Lei em referência e em sua respectiva Emenda, ***não foram detectadas inconsistências de redação, não havendo, portanto, vícios quanto à técnica legislativa utilizada.***

Ademais o projeto de Lei em baila está em consonância com as disposições legais.

De igual modo, **não existe vício de iniciativa**, visto que a matéria **é de interesse local**. Ademais, o tema se insere na previsão do Regimento Interno desta Casa Legislativa e da Lei Orgânica Municipal, os quais dispõem que **qualquer dos vereadores pode iniciar o processo legislativo**.

Por estas razões, ***não foram detectados vícios de competência ou iniciativa.***

Portanto, face aos argumentos listados, salvo melhor juízo entende-se que ***o objeto do projeto de lei é lícito, atendendo aos parâmetros de juridicidade, legalidade e constitucionalidade.***

De forma que à luz do que fora exposto, esta Procuradoria Jurídica Legislativa **opina pela boa técnica legislativa e juridicidade do projeto de lei do legislativo n.º 013/2022, concluindo-se também pela legalidade e constitucionalidade do projeto, inexistindo vícios de iniciativa**, estando, portanto, **APTO** à tramitação pelas Comissões competentes e deliberação plenária.

Sob a responsabilidade do meu grau, e *salvo melhor juízo*, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretor Legislativo para consideração superior e posterior providências.

JOAO CARLOS  
VIDIGAL  
SANTOS:875880211  
87

Assinado de forma digital  
por JOAO CARLOS VIDIGAL  
SANTOS:87588021187  
Dados: 2022.04.19 14:37:56  
-03'00'

**JOÃO CARLOS VIDIGAL**  
Procurador Jurídico/Mat. 182  
OAB/MT 21.105/O



Estado de Mato Grosso

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407.  
CNPJ nº 24.672.909/0001-54

## CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão		Data		Horas	
Ordinária					
Extraordinária					

Propositura	

Autor:	
--------	--

APROVADA	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
2	David Marques Silva	
3	Demilson Camargo Martins	
4	José Ferreira de França	
5	Sandra Martins	
6	Silvio Dutra da Silva	
7	Valcimar José Fuzinato	
8	Valter Neves de Moura	
9	Zilmar Assis de Lima	

<b>AB</b>	Abstenção
<b>A</b>	Ausente
<b>P</b>	Exercendo a Presidência
<b>S</b>	Sim
<b>N</b>	Não





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PROCURADORIA JURÍDICA**

***PARECER JURÍDICO Nº 047/2022***

Guarantã do Norte-MT, 05 de maio de 2022.

*Ementa: Administrativo. Pedido de reapreciação de Projeto de Lei, para prosseguimento de PLL 013/2022.*

**Requerente:** Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

**Solicitante:** Rogério Rodrigues dos Santos.  
Diretor Legislativo

**Assunto:** Projeto de Lei de iniciativa do Legislativo n.º 013, de 12 de março de 2022.

**Iniciativa:** Vereador **SILVIO DUTRA DA SILVA**

**Parecerista:** Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

## **1. BREVE RELATÓRIO**

Cuida-se de pedido de reanálise solicitada por esta Procuradoria em sessão ordinária ocorrida no dia 02/05/2022, e posteriormente atendida pelos Nobres Vereadores que baixaram o PLL 013/2022, para reanálise jurídica e apreciação e deliberação pelas Comissões competentes.

Certo do parecer nº 041/2022, desta Procuradoria, ou melhor, deste Procurador datado de 19/04/2022, onde entendeu **pela legalidade e constitucionalidade do projeto, inexistindo vícios de iniciativa**, e ainda lembrando que **a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes e o Plenário**, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

Contudo, sabendo-se que o parecer jurídico é peça fundamental do Processo construtivo de Lei deste Legislativo, e que em muitos casos são “ápenas” seguidos pelos nobres Vereadores no momento de sua apreciação e votação, razão da confiança a Procuradoria.

Ocorre que, por tratar-se de tema de bastante repercursão inclusive em nível nacional, o que não foi diferente neste município de Guarantã do Norte – MT, de forma que, para a segurança jurídica sobre o tema, e levando-se em conta que este parecerista não é dono da razão, tão pouco pessoa inerrável, solicitou o projeto para melhor análise.

Após vasta procura por jurisprudência sobre o tema, tendo que ainda é matéria desconhecida juridicamente, ou seja, o mesmo texto apresentado no PLL nº 013/2022, já fora aprovado e sancionado em diversos municípios e estados.

Contudo, devo resaltar que existe em andamento diversas Ações Declaratórias de Inconstitucionalidades, ainda sem decisão, o que pode desencadear em um futuro a declaração de inconstitucionalidade de todas as “Leis” com este contestos.

Desta forma, a preocupação e atenção deste parecerista se dá em razão de parte do texto apresentado no art. 2º, do PLL 013/2022, *in verbis*:

“...  
... **para fins do disposto no art. 10 da Lei Federal nº 10.826/2003**” (grifo meu)

Explico:

A Constituição Federal e Lei orgânica municipal apresentam dentre outras situações, que, é competência do município legislar sobre interesse local, desta feita, entendo que pode estar aí incorrendo em irregularidade, ou seja, ultrapassando o limite da sua competência, pois legislar sobre requisitos para autorização de porte de arma, não é competência





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

do município e sim da União.

Ainda, em comparação do texto apresentado, com outros textos de Leis já aprovados denota-se a existencia de divergências entre uns e outros, inclusive sido a Lei Estadual aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondonia Lei nº 5297/2022, onde destaca o reconhecimento de atividade de risco aos Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs, aqueles integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental, ou seja, conforme art. 6º IX da Lei 10.826/2003.

No entanto, certo é que diversos outros são os requisitos exigidos ainda para a devida autorização do porte de arma, seja, através da Policia Federal, de forma que se aprovado o presente projeto lei na forma em que se apresenta, **NÃO SIGNIFICA A CONCESSÃO DE PORTE ARMAS AOS CACs, TÃO POUCA A PERMISSÃO DE USO DE ARMA POR QUALQUER OUTRO CIDADÃO**, longe disso, porque o porte em si é **matéria reservada a Legislação Federal**, estando o presente Projeto de Lei a reconhecer que é perigoso ser atirador esportivo, e isso ainda no âmbito municipal, não podendo ocorrer a inversão de valores, “onde sempre os bons pagam pelos ruins”.

Assim, percutindo ao fundo desta parlenga este Procurador recomenda, a retirada do seguinte trecho do texto “***para fins do disposto no art. 10 da Lei Federal nº 10.826/2003***” do ***Projeto de Lei nº 013/2022***, com fins de se evitar eventuais “*entendimentos outros*” que não apenas de reconhecer a atividade dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores – CACs, como atividade de risco em ambito municipal e dessa forma levar a uma propositura de Ação de Inconstitucionalidade por aqueles que detem o direito para tal, como se vem observando em diversas ocasiões, salientando que até o presente momento não se tem ainda qualquer julgado, ou até mesmo seu VETO pelo chefe do Poder Executivo.

De outro ponto, e como ja mencionado, a sua continuidade na forma que

Página 3 de 4



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

apresentado inicialmente, não significa dar “autorização de porte de arma de fogo aos CACs”, porém pode dar jus a inconstitucionalidade em razão de que é competência exclusiva da União a discricionariedade de reconhecer como atividade de risco para a finalidade perquerida.

Contudo, e sabedor de que a concessão do porte de arma exige outros requisitos e que ainda que reconhecidos por lei municipal, e assim a nível local, os CACs como exercerem atividade de risco, tal **aceitação ou não**, ainda dependerá exclusivamente de quem tem a competência e responsabilidade para o fim de autorizar o porte de arma, razão pela qual **MANTENHO** o parecer já exarado anteriormente, com atendimento a recomendação ora apresentada nesta reapreciação ficando assim, a meu ver o presente projeto de lei nº 013/2022 de iniciativa do legislativo, **APTO** à tramitação pelas Comissões competentes e deliberação em Plenário.

Lembrando que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes e o Plenário, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento

Sob a responsabilidade do meu grau, e *salvo melhor juízo*, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretor Legislativo para consideração superior e posterior providencias.

JOAO CARLOS  
VIDIGAL  
SANTOS:875880211  
87

Assinado de forma digital  
por: JOAO CARLOS VIDIGAL  
SANTOS:87588021187  
Dados: 2022.05.05 10:00:00  
-03'00'

**JOÃO CARLOS VIDIGAL**  
Procurador Jurídico/Mat. 182  
OAB/MT 21.105/O





Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
Biênio 2021/2022  
Rua das Itaúbas, 72 - Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**EMENDA MODIFICATIVA Nº. 001/2022.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUARANTÃ DO NORTE - MT**

PROTÓCOLO Nº 984 / 2022

DATA 06 / 05 / 2022

Rogério R. dos Santos  
Diretor Legislativo  
Port.: 206/2021

**PARECER VERBAL FAVORÁVEL**

Comissão de Constituição e  
Justiça

Data 09 / 05 / 22

Rogério R. dos Santos  
Diretor Legislativo  
Port.: 206/2021

**AUTOR VEREADOR: SILVIO DUTRA DA SILVA.**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2022 AO PROJETO DE LEI DO  
LEGISLATIVO Nº 013-2022 DE 12 DE ABRIL DE 2022, QUE:**

**PARECER VERBAL FAVORÁVEL**

Comissão de Educação, Ciência, Comunicação,  
Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social

Data 09 / 05 / 22

Rogério R. dos Santos  
Diretor Legislativo  
Port.: 206/2021

“RECONHECE NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, O DIA 9 DE JULHO COMO O DIA DOS COLECIONADORES, ATIRADORES E CAÇADORES E SUAS ATIVIDADES COMO ATIVIDADE DE RISCO, CONFIGURANDO EFETIVA NECESSIDADE E EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO À VIDA E INCOLUMIDADE FÍSICA, CONFORME OS TERMOS DO ART. 10 DA LEI FEDERAL Nº 10.826/2003. ”

**MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 2º DO PROJETO DE LEI DO  
LEGISLATIVO Nº 013/2022 DE 12 ABRIL DE 2022, QUE PASSA A TER A  
SEGUINTE REDAÇÃO:**

**Art. 2º.** Fica reconhecido no município de Guarantã do Norte - MT, a efetiva necessidade por exercício de atividade de risco e ameaça à integridade física dos Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CAC's).

Câmara Municipal de Guarantã do Norte, 06 de maio de 2022.

**SILVIO DUTRA DA SILVA**  
Vereador Autor



Estado de Mato Grosso  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
**Biênio 2021/2022**  
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2022 AO PROJETO DE LEI DO  
LEGISLATIVO Nº 013-2022 DE 12 DE ABRIL DE 2022.**

**Senhor Presidente,  
Senhores (a) Vereadores (a),**

A elaboração da Emenda Modificativa nº001/2022 Ao Projeto de Lei do Legislativo Nº 013-2022 se deu em análise ao Parecer jurídico desta Casa de Leis nº 047/2022.

Câmara Municipal de Guarantã do Norte, 06 de maio de 2022.

  
**SILVIO DUTRA DA SILVA**  
*Vereador Autor*





Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE**  
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

**PARECER A EMENDA MODIFICATIVA 001/2022 AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº  
013/2022.**

**Autores Vereadores da Comissão Constituição e Justiça.**

**PARECER**

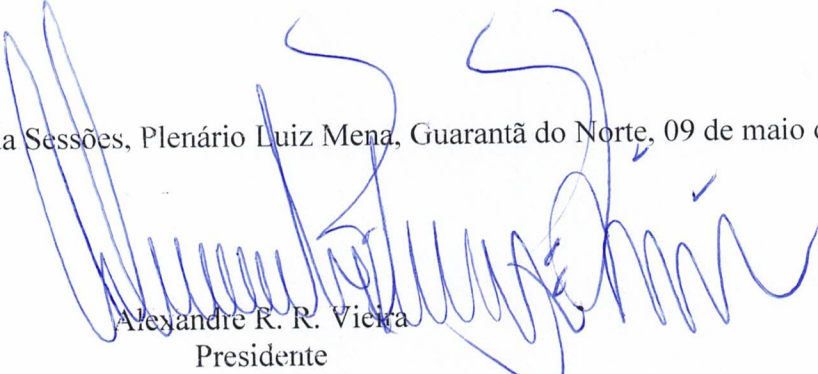
Parecer a **Emenda Modificativa 001/2022** ao Projeto de Lei Legislativo nº 013/2022 Modifica a Redação do Artigo 2º do Projeto.

Em análise, a Emenda, observamos que o mesmo tem respaldo legal.

A Comissão emite parecer declarando como favorável e no mérito pedem aprovação da referida Emenda.

É o parecer.

Sala da Sessões, Plenário Luiz Mena, Guarantã do Norte, 09 de maio de 2022.

  
Alexandre R. R. Vieira  
Presidente

  
Silvio Dutra da Silva  
Vice-Presidente

  
Demilson Camargo Martins  
Relator



**PARECER AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022 DE 12 DE ABRIL DE 2022.**

**Autores Vereadores da Comissão de Constituição e Justiça.**

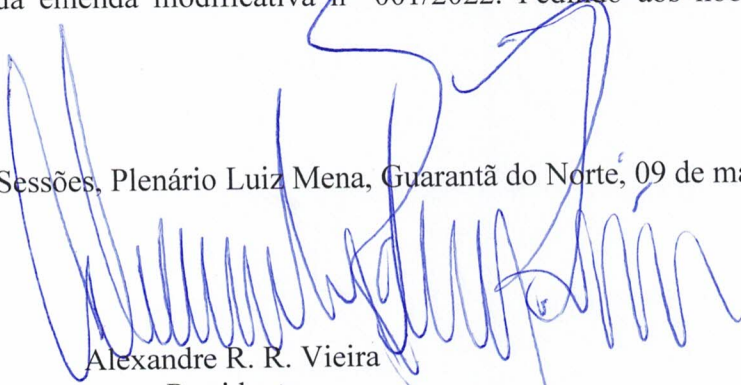
Parecer AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022, “RECONHECE NO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, O DIA 9 DE JULHO COMO O DIA DOS COLECIONADORES, ATIRADORES E CAÇADORES E SUAS ATIVIDADES COMO ATIVIDADE DE RISCO, CONFIGURANDO EFETIVA NECESSIDADE E EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO À VIDA E INCOLUMIDADE FÍSICA, CONFORME OS TERMOS DO ART. 10 DA LEI FEDERAL Nº 10.826/2003. ”


Em análise, AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022, em conjunto com o PARECER JURÍDICO Nº 047/2022 da Procuradoria Jurídica da casa, observamos que o projeto respeita os parâmetros da **legalidade, constitucionalidade e juridicidade** este projeto.


Assim sendo, declaramos como favorável AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/2022, após com aprovação da emenda modificativa nº 001/2022. Pedindo aos nobres pares a aprovação ao projeto.

É o parecer.

Sala da Sessões, Plenário Luiz Mena, Guarantã do Norte, 09 de maio de 2022.

  
Alexandre R. R. Vieira  
Presidente

  
Silvio Dutra da Silva  
Vice-Presidente

  
Demilson Camargo Martins  
Relator





**PARECER AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022 DE 12 DE ABRIL DE 2022.**

**Autores Vereadores da Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social de 2022.**

Parecer **AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022**, “**RECONHECE NO MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, O DIA 9 DE JULHO COMO O DIA DOS COLECIONADORES, ATIRADORES E CAÇADORES E SUAS ATIVIDADES COMO ATIVIDADE DE RISCO, CONFIGURANDO EFETIVA NECESSIDADE E EXPOSIÇÃO À SITUAÇÃO DE RISCO À VIDA E INCOLUMIDADE FÍSICA, CONFORME OS TERMOS DO ART. 10 DA LEI FEDERAL Nº 10.826/2003.**”


Em análise, **AO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013/2022**, em conjunto com o **PARECER JURÍDICO Nº 047/2022** da Procuradoria Jurídica da casa, e a Emenda Modificativa nº 001/2022 ao projeto nº13/2022, observamos que o projeto respeita os parâmetros da **legalidade, constitucionalidade e juridicidade** este projeto.


Assim sendo, declaramos como favorável **AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/2022**, com aprovação da emenda modificativa nº 001/2022, seguindo a orientação do Jurídico desta casa de lei. Pedindo aos nobres pares apoio à aprovação deste projeto.

É o parecer.

Sala da Sessões, Plenário Luiz Mena, Guarantã do Norte, 09 de maio de 2022.

David Marques Silva  
Presidente

  
Silvío Dutra da Silva  
Vice-Presidente

  
José Ferreira de França  
Relator